

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Falta de acordo trava leilões de excedentes da cessão onerosa	11
Título: Articulações fracassam e Lei do Gás não é votada na Câmara	14

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Benefício a petrolíferas acelera o crescimento, diz relator	2
Título: Preços dos minérios afeta PIB de municípios	3
Título: Na estreia na Bolsa, BR Distribuidora é a 36a. maior do país.....	4
Título: Casa dos Ventos vende parque eólico no Nordeste por mais de R\$ 1,8 bilhão	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Energia: disputa acirrada	7
Título: BR oferece R\$ 5 bilhões em ações	8
Título: Acordo do Clima requer transição energética sustentável.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Falta de acordo trava leilões de excedentes da cessão onerosa	11
Título: EPE espera demanda realista em licitações para contratação de energia	12
Título: Articulações fracassam e Lei do Gás não é votada na Câmara	14
Título: A arte de regular a qualidade na transmissão de energia	15

Título: Destaques	18
Título: Votorantim e CPIPE criam parceria em geração eólica	19
Título: Estratégia do Ultra é crescer sobre base atual de negócios	20
Título: Venda da PetroAfrica será integral	23
Título: Dívida de usina tende a nova baixa nesta safra	24
Título: Desembolsos do BNDES para o setor caíram 10% neste ano	26
Título: Petros coloca à venda participação na Itaúsa em leilão hoje na bolsa.....	27
Título: Neoenergia desiste de oferta inicial de ações	28

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Benefício a petrolíferas acelera o crescimento, diz relator

Renúncia fiscal prevista para 2018 é de R\$ 17 bilhões, segundo os cálculos da Receita Federal; valor chegou a ser questionado

O benefício fiscal para petroleiras, previsto em medida provisória aprovada pelo Congresso nesta semana, vai garantir a retomada do crescimento do setor, de acordo com o relator do texto, deputado Julio Lopes (PP-RJ). O Palácio do Planalto informou ao relator que o presidente Michel Temer vai sancionar o texto, sem vetos, e que isso deve ocorrer na próxima semana. A Câmara votou a proposta, pela segunda vez, na noite desta quarta-feira (13). Depois de o texto passar pelo Senado, retornou para análise dos deputados. Isso ocorreu devido a mudanças na vigência de parte dos incentivos. Da forma como saiu do Legislativo, o prazo estabelecido para os benefícios vai até 2040.

A discussão sobre o impacto da MP cresceu após divulgação de um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara que prevê uma redução de arrecadação acima de R\$ 1 trilhão nos campos do pré-sal. O Ministério da Fazenda e outro trabalho da consultoria da Câmara, contudo, rebateram esse cálculo. De acordo com os consultores Francisco José Rocha de Sousa e Cesar Costa Alves de Mattos, em trabalho divulgado pela Câmara, o cálculo é resultado de uma

“simplificação grosseira”, com equívocos que “invalidam as suas conclusões”. Em nota, a Fazenda disse que houve erro de interpretação do texto, que levou a “um erro de cálculo”. Nas votações na Câmara e no Senado, o dado foi mencionado diversas vezes pela oposição, mas contestado pelos governistas. “Esse pessoal não tem noção do que é um trilhão de reais, pelo amor de Deus. Isso é brincadeira. Não existe nenhuma conexão com a realidade”, disse o relator.

“Não há renúncia nova. O que houve é reescalonamento.” Procurada pela reportagem após a aprovação da medida provisória, a Receita Federal informou que “apesar das perdas anunciadas, espera-se, com a pacificação do setor, um ganho de arrecadação”. Disse, ainda, que não foram feitos cálculos para os próximos 40 anos. A renúncia fiscal em 2018 deve somar R\$ 17 bilhões, de acordo com dado da Receita. **ESTÍMULO** A chamada MP do Repetro reduz os valores que as empresas de petróleo e gás pagarão de CSLL e de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica). O relator diz que espera um “impacto extraordinário” nos resultados do setor a partir do ano que vem.

“A primeira melhora é que ela [empresa] tinha que pagar em um ano uma quantidade de impostos que agora ela vai pagar em oito anos. Com o alongamento, o caixa melhora imensamente.” Além disso, lembrou que toda a cadeia produtiva será beneficiada, considerando que a desoneração também atinge fornecedores nacionais das empresas produtoras de bens passíveis de receber o benefício do Repetro. O incentivo fiscal vale para fornecedores nacionais até o segundo elo da cadeia produtiva. Isso significa que as empresas que fornecem diretamente às petroleiras ficam desoneradas e compram seus insumos desonerados. O Repetro, de 1999, é o regime aduaneiro de exportação e importação de produtos da cadeia de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural. Foi criado com a intenção de deixar a tributação do setor no Brasil mais próxima a de outros países.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Preços dos minérios afeta PIB de municípios

Cidade que depende de royalties cai em ranking

Municípios de Estados produtores de petróleo e minério caíram no ranking das cem cidades com maior PIB do país em 2015, segundo relatório divulgado nesta quinta-feira (14) pelo IBGE. Os dados são comparados com a posição no ranking em 2014. Santos (SP), forte em petróleo, caiu três posições no ranking e ficou no 42º lugar em 2015. Já Parauapebas (PA), que abriga um segmento da

mina de Carajás, da Vale, saiu da posição de número 52 em 2014 para 79 em 2015. O pior desempenho das cidades está relacionado à queda do preço das commodities em 2015 e à consequente redução da arrecadação de royalties nesses locais. Campos dos Goytacazes (petróleo), que durante muito tempo foi a maior arrecadadora de royalties do Estado do Rio, esteve na nona posição do ranking em 2014 e caiu para a 20a no ano seguinte. Cabo Frio (de 46a para 82a), Rio das Ostras (de 58a para 99a) e Macaé (de 36a para 38a), além de Volta Redonda (forte em siderurgia, de 76a para 86a), completam o rol de cidades do Estado do Rio que caíram de posição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Na estreia na Bolsa, BR Distribuidora é a 36a. maior do país

Ações da empresa valem juntas R\$ 17,4 bi; faturamento, porém, só fica atrás dos obtidos por Petrobras e Vale

Menor eficiência da companhia ante rivais e incertezas sobre nova Previdência pesaram no preço do papel

A BR Distribuidora estreia nesta sexta (15) na Bolsa de São Paulo como a terceira maior companhia de capital aberto do país em receita. Com as ações vendidas ao preço mínimo, porém, seria apenas a 36a em valor de mercado, considerando as cotações de quarta (13).

A oferta de ações foi registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na quarta, com o preço de R\$ 15 por papel, o piso da banda de preços estimada pela Petrobras quando anunciou a operação. A estatal venderá uma parcela equivalente a 28,75% do capital da subsidiária

A esse preço, o valor de mercado da empresa em sua estreia seria de R\$ 17,4 bilhões, abaixo da empresa de transportes Rumo (R\$ 18,5 bilhões) e acima da Klabin, de papel e celulose (R\$ 17,3 bilhões), considerando o fechamento de quarta-feira.

Posição bem abaixo de seu tamanho no mercado: maior distribuidora de combustíveis do país, a BR registrou receita líquida de R\$ 61,3 bilhões nos nove primeiros meses deste ano, menor apenas do que os faturamentos de Petrobras (R\$ 207,2 bilhões) e Vale (R\$ 78,7 bilhões).

EFEITO EFICIENCIA

Executivos envolvidos na operação dizem que as incertezas políticas e econômicas, principalmente com o adiamento da votação da reforma da Previdência, tiveram influência no valor oferecido pelos investidores.

Mas a grande diferença de eficiência com relação aos seus principais concorrentes também pesou, segundo analistas. Sua principal concorrente neste segmento é a Ipiranga, do grupo Ultra, valia R\$ 39,6 bilhões na quarta e teve receita de R\$ 58,4 bilhões de janeiro a setembro de 2017.

O mercado vê, porém, possibilidade de valorização: em relatório divulgado nesta quinta o analista do UBS Flávio Carvalho diz que, considerando suas projeções financeiras e operacionais para os próximos dois anos, as ações da BR têm potencial para serem negociadas a R\$ 16.

A Folha apurou que houve grande interesse de investidores estrangeiros pelas ações, além da participação de fundos de pensão brasileiros, embora os nomes ainda não tenham sido divulgados.

Responsável pela gestão da aposentadoria dos empregados da Petrobras, a Petros, porém, disse que não participou da operação.

Cerca de 10% da procura veio de investidores individuais, chamados de varejo.

Com a conclusão da operação, a Petrobras garante de imediato R\$ 4,368 bilhões. Os R\$ 656 milhões restantes re-ferem-se a lote adicional, que será oferecido ao mercado em condições iguais aos do primeiro lote, informou a companhia em comunicado.

DESINVESTIMENTOS

A oferta de ações da BR foi a maior operação do plano de venda de ativos da Petrobras neste ano. Antes, a estatal havia concluído apenas a venda de um campo de gás no Amazonas à italiana Enel por US\$ 55 milhões, ou cerca de R\$ 180 milhões.

Em seu plano de desinvestimentos, a estatal espera captar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018. Analistas esperam que a maior parte da contribuição venha das vendas da malha de gasodutos do Nordeste, já em negociação, e da fatia da estatal na petroquímica Braskem.

Nesta quinta, a Petrobras anunciou parceria estratégica com a norte-americana Exxon para buscar oportunidades de negócios no Brasil e no exterior. A Exxon se tornou sócia da Petrobras ao participar de consórcios com a estatal em leilão realizado pelo governo em setembro.

As parcerias estratégicas permitem a venda ou troca de ativos, sem que os processos precisem passar pelo procedimento de negociação criado no início do ano para atender exigências do TCU (Tribunal de Contas da União) por maior transparência.

Atê agora, a maior foi fechada com a petroleira francesa Total, por US\$ 2,2 bilhões, e significou a transferência de participações em campos do prê-sal e em térmicas para a parceira.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Casa dos Ventos vende parque eólico no Nordeste por mais de R\$ 1,8 bilhão

Destaques de dezembro em Mercado Aberto

A Casa dos Ventos vendeu, por mais de R\$ 1,8 bilhão, uma usina eólica na Serra do Araripe, entre os Estados do Piauí e Pernambuco. O comprador é uma união entre a Votorantim Energia e um fundo de pensão canadense.

O valor da transação não será revelado, mas é maior que a soma aportada pela empresa na usina, de R\$ 1,8 bilhão, diz o sócio Lucas Araripe.

O dinheiro da venda servirá para que ela tenha capacidade de participar de novos leilões de contratação de energia -há dois agendados na próxima semana e um terceiro, em abril de 2018.

"Queremos continuar a ser protagonistas nos próximos leilões. [A transação] calhou bem para nos capitalizar e nos deixar competitivos."

A Casa dos Ventos, que atua mais como uma desenvolvedora de parques eólicos, tem pretensão de, no médio prazo, expandir sua capacidade e se tornar uma geradora de peso, diz Araripe.

A usina que eles repassam à Votorantim começou a ser construída depois que a Casa dos Ventos venceu três leilões para energias renováveis, entre 2013 e 2014.

A empresa ergueu em um só terreno, de cerca de 5.000 hectares, os moinhos para gerar o que havia sido contratado em separado.

A operação de fato começou em novembro do ano passado e a última turbina foi ativada em junho deste ano, segundo Araripe.

O parque possui 156 moinhos com capacidade instalada de 360 MW. O fator de produtividade é de 62%.

RAIO-X

5,5 GW

De energia instalada pertencem ao portfólio da empresa

400 mil casas

Podem ser abastecidas com a usina vendida

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Energia: disputa acirrada

O mercado espera competição acirrada no leilão de 11 linhas de transmissão marcado para hoje, às 12h, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), com a participação de empresas brasileiras e estrangeiras. O governo estima R\$ 8,7 bilhões em investimentos e a geração de 17.868 empregos diretos. Os empreendimentos deverão entrar em operação comercial no prazo de 36 a 60 meses após a assinatura dos contratos. Os 11 lotes serão licitados para concessão de 4.919 quilômetros de linhas em 10 estados — Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Em abril, o leilão de outros lotes contratou R\$ 12,7 bilhões e a tendência é de que o certame de hoje repita o desempenho positivo, na opinião de Renata Rizzo Misoczki, especialista do escritório Souto Correa Advogados. “As condições são bastante semelhantes às do leilão do início do ano, mas o preço médio baixou um pouco. A grande vantagem é que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) disponibilizou financiamento”, afirmou.

Segundo Renata, muitas empresas estrangeiras, entre elas chinesas e indianas, devem concorrer com as brasileiras. “São lotes importantes, que vão auxiliar no escoamento da energia de Belo Monte. Como o leilão é pela menor RAP

(Receita Anual Permitida), fica a expectativa dos deságios. No início do ano, a média foi de 35%, mas houve deságio de mais de 50%. Os principais beneficiados são os consumidores, que pagarão menos pelo serviço”, disse.

Entre as empresas cotadas para participar estão Engie Brasil Energia, Taesa, ISA Cteep, Equatorial Energia, Copel e EDP Energias do Brasil, além da gigante chinesa State Grid. Ao Correio, o presidente da Copel, Antônio Guetter, antecipou que a companhia tem intenção de investir no lote do Paraná, que envolve R\$ 2 bilhões em investimentos e 1.146Km de extensão.

O presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, confirmou o interesse da companhia. “A transmissão passou a fazer parte da nossa estratégia de negócios. Estaremos presentes neste leilão e nos próximos”, disse, sem informar os lotes pretendidos.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, a expectativa é de uma boa competição. “Historicamente, os leilões de transmissão eram um fracasso atrás do outro, com sala vazia ou oferta só da Eletrobras”, lembrou. “Houve um ajuste no preço teto e garantiram-se prazos mais realistas para execução das obras. Isso deu conforto aos investidores.”

José Romeu Amaral, sócio do JR Amaral Advogados, escritório que auxilia interessados em participar das concorrências, disse que houve muita procura por informações de várias empresas estrangeiras, “com destaque grande para asiáticas e europeias”. “A sinalização do governo de dar maior segurança jurídica aos contratos, e, principalmente, de melhorar o marco regulatório, corrigindo os equívocos do passado, despertou o apetite”, completou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: BR oferece R\$ 5 bilhões em ações

A BR Distribuidora estreia hoje na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) oferecendo até R\$ 5 bilhões em ações. Ontem, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o registro da oferta pública de distribuição secundária de papéis da subsidiária da Petrobras. O preço ficou definido em R\$ 15 por ação ordinária para alienação de 291,25 milhões de papéis, totalizando R\$ 4,36 bilhões.

A oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 43,68 milhões de ações, nas mesmas condições e aos mesmos preços. Caso seja exercida a

totalidade da opção do lote complementar, o montante da oferta poderá superar R\$ 5 bilhões, explicou a estatal, em nota.

De acordo com a Petrobras, o preço foi determinado após estudo sobre as intenções de investimento realizado por instituições financeiras, e “teve como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (volume e preço)”.

Por enquanto, não será realizado nenhum registro da oferta ou das ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outros países. “As ações oferecidas não foram nem serão registradas nos termos da U.S. Securities Act of 1933 (lei que regulamenta as vendas de valores mobiliários nos Estados Unidos) e não podem ser oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos sem o devido registro ou uma isenção de registro aplicável”, informou a companhia.

A Petrobras também anunciou que tem interesse em direito de preferência para três áreas da quarta rodada do leilão do pré-sal, que será realizada em junho do ano que vem. A estatal apresentou ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) manifestação de interesse nas áreas de Dois Irmãos, Três Marias e Uirapuru, que serão ofertadas na 4ª Rodada de Licitação de blocos exploratórios sob o regime de partilha de produção. O percentual mínimo requerido é de 30% em cada área e o valor correspondente ao bônus de assinatura é de R\$ 945 milhões. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Alfred Szwarc

Título: Acordo do Clima requer transição energética sustentável

O Acordo do Clima de Paris, aprovado em 2015 por 195 países, é um tratado internacional adotado para limitar, a partir de 2020, a emissão de gases de efeito estufa com o objetivo de evitar que a temperatura média da Terra não aumente em mais do que 2°C em relação aos valores pré-industriais. O acordo prevê, também, a necessidade de esforços para que esse incremento possa ser limitado a 1,5°C, considerado mais seguro pelos cientistas.

Para alcançar essas metas, são necessárias várias mudanças de paradigmas em escala global, sendo uma das principais a mudança nos padrões de produção e consumo de energia, substituindo os combustíveis fósseis por fontes de energia renovável e de baixo carbono. Um dos principais desafios está no setor de transportes, responsável por cerca de 25% das emissões globais de gás carbônico (CO2), em que o consumo de óleo diesel e gasolina predomina.

Apesar do progresso registrado na oferta de veículos elétricos, bem como a criação de generosos subsídios e outros incentivos oferecidos em alguns países para promover a sua utilização, é fato que a eletricidade gerada para carregar as baterias desses veículos é obtida principalmente de carvão mineral, petróleo e gás natural, o que não representa solução satisfatória para a necessária redução das emissões de carbono. Os veículos elétricos enfrentam uma série de desafios que devem ser equacionados para que possam, verdadeiramente, contribuir de forma substancial na mitigação do aquecimento global.

Isso ficou patente em diversos debates realizados recentemente em Bonn, na Alemanha, durante a Conferência Mundial sobre o Clima (COP23). O preço desses veículos ainda é elevado; os carros apresentam autonomia limitada; a vida útil das baterias é influenciada pela forma de uso do veículo e, frequentemente, é inferior à prometida pelo fabricante; a substituição das baterias e a sua reciclagem ainda carecem de soluções técnicas e econômicas adequadas; e a infraestrutura de recarga de baterias, inexistente na maioria das cidades do mundo, precisa ser implementada e aprimorada para reduzir o tempo de recarga.

Além disso, é necessária uma oferta suficiente, econômica e robusta de energia elétrica produzida de fontes limpas para abastecer os veículos. Não se pode ignorar que boa parte da população mundial vive em regiões sem eletricidade, ou onde o fornecimento da energia é descontínuo ou, ainda, onde a utilização da energia tem como prioridade outros usos que não o transporte. Portanto, serão necessárias décadas até que todas essas questões possam ser equacionadas e haja uma frota mundial de veículos elétricos que, realmente, possa fazer a diferença no combate ao aquecimento global.

A boa notícia é que, felizmente, existem alternativas que possibilitam uma transição energética sustentável em curto e médio prazos. São os biocombustíveis, como o etanol, o biodiesel e o biogás, que podem ter o seu uso ampliado significativamente em cerca de uma década e substituir os combustíveis fósseis na frota de veículos existente e futura em dezenas de países. No caso brasileiro, que usufrui de uma infraestrutura de 41 mil postos de abastecimento no país, o etanol, por exemplo, pode ser utilizado em veículos convencionais a gasolina, veículos flex e híbridos. Protótipos com motorização etanol-diesel e com células de hidrogênio que utilizam o etanol como fonte primária de energia demonstram possibilidades enormes.

Para cumprir em 2030 as metas nacionais de redução dos gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis registrados em 2005 e garantir a participação da bioenergia na matriz energética brasileira em 18%, o Congresso Nacional precisa aprovar rapidamente a Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio (PL nº 9.086/2017), que tem entre seus objetivos o de descarbonizar o setor de

transportes. Elaborado pelo Ministério das Minas e Energia, com apoio de diversos setores da sociedade, e anunciado pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na COP23, o RenovaBio é um avanço extraordinário no planejamento e gestão do setor de bioenergia e representa uma transição energética sustentável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Falta de acordo trava leilões de excedentes da cessão onerosa

O governo pode jogar a toalha sobre a realização do leilão do excedente da cessão onerosa em 2018, se não houver um engajamento do Executivo para resolver o acordo de revisão do contrato com a Petrobras. Segundo o diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do **Ministério de Minas e Energia**, João Vicente Vieira, a probabilidade de concluir um acordo com a estatal a tempo de realizar o leilão em 2018 é baixa. Ele explicou que ainda há "sete a oito" pontos de divergências entre as partes e que o assunto não chegou a nível da Presidência da República.

"A probabilidade [de fazer o leilão do excedente da cessão onerosa em 2018] é baixa, mas não é inviável. Se o senso de urgência e a importância [do assunto] chegarem a nível de Presidência [da República], isso sai. Isso interessa para o país, para a Petrobras. A conversa não pode ficar no nível técnico", afirmou Vieira, após participar do lançamento do estudo "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás - 2017", produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), na sede da estatal, no Rio.

De acordo com o contrato da cessão onerosa firmado em 2010, pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), por US\$ 42 bilhões, estava prevista a renegociação dos valores, a partir da declaração de comercialidade da área. Como o preço do petróleo caiu nesse período, a estatal estima ter a receber parte do valor de volta. E o governo quer colocar em leilão o excedente dos 5 bilhões de boe da cessão onerosa em 2018.

O diretor explicou que, após o fechamento do acordo com a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) precisará de cerca de quatro meses para preparar o leilão. E o governo tem até julho do ano que vem para realizar licitações, devido à presidencial no segundo semestre.

Vieira disse ainda que o governo deve indicar em breve os integrantes do grupo de trabalho que negociará o assunto pelo lado do governo com a Petrobras. A estatal já definiu o seu grupo de trabalho há cerca de um mês.

Estudo feito pela Gaffney, Cline & Associates (GCA) por encomenda da ANP, indicou que a área da cessão onerosa pode ter um volume recuperável de óleo e gás de 6 a 15 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), além dos 5 bilhões de boe cedidos à Petrobras.

Vieira também disse esperar que seja publicada ainda este ano a medida provisória que permitirá à Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA) comercializar o petróleo produzido no campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Segundo o diretor, após a publicação da MP, serão necessários cerca de dois meses para a realização dos demais trâmites que permitirão à estatal vender o petróleo de Libra.

Presente ao evento, Aurélio Amaral, diretor da ANP, disse que o mercado de combustíveis do país este ano deve fechar próximo da estabilidade, com pequeno aumento, ante o apurado em 2016. "[Pre vemos] uma certa estabilidade. Tivemos um certo avanço da economia no fim do segundo semestre. Possivelmente em algum ou outro combustível, por exemplo, na gasolina, tem uma expectativa de um pouco de crescimento. O diesel acompanha o crescimento da economia. Então, se o PIB cresce, o mercado de diesel cresce."

A visão foi compartilhada pelo diretor de estudos do petróleo, gás e biocombustíveis da EPE, José Mauro Coelho. "É claro que, com a retomada do crescimento econômico, você tem uma retomada também do crescimento da demanda de derivados, que caiu muito nos últimos anos, principalmente gasolina e diesel", disse.

Com relação à greve de motoristas autônomos de caminhões de combustíveis, deflagrada na semana passada, afetando o abastecimento principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, o diretor da ANP contou que o atendimento ao mercado já está normalizado. "Foi pacificado", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: EPE espera demanda realista em licitações para contratação de energia

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, afirmou ontem que a demanda para os dois leilões de contratação de energia

futura marcados para a próxima semana será "realista", sem indicar um volume esperado. O executivo lembrou, contudo, que o consumo de energia este ano está retomando ao patamar de 2014, após três anos de queda.

"Vai ser um leilão realista. O tamanho dos leilões agora vai ser o que der, em função da oferta e demanda", disse Barroso, após participar do lançamento do estudo "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás - 2017", no Rio. "Uma informação muito dramática é que perdermos três anos de consumo", completou.

Na próxima semana, serão realizados os leilões A-4 e A-6, que contratarão energia de novos empreendimentos para início de fornecimento em 2021 e 2023, respectivamente. O volume total a ser contratado, porém, depende da necessidade de demanda futura declarada pelas distribuidoras à EPE. Esse número deve ser mantido em sigilo até a realização dos leilões, para não afetar os preços ofertados.

Barroso contou ainda que deve ser realizado no início ou no fim do segundo semestre de 2018 um outro leilão A-6 (que contratará energia para entrega a partir de 2024), além de outro leilão A-4 (para entrega de energia a partir de 2022) em 4 de abril do próximo ano, já anunciado. O calendário de leilões de 2018 deve ser definido até abril.

Barroso também afirmou que

que o regime de chuvas em dezembro está dentro na média histórica para o mês, superando expectativas do governo. Com isso, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) mantém a decisão de não ligar as termelétricas mais caras. "A hidrologia em dezembro está se mostrando bastante favorável. Acima do que se esperava. Basicamente a chuva está vindo na média".

"A melhor informação que temos disponível no sistema hoje, e com o que estamos observando, a decisão é de manter desligadas as térmicas fora do mérito [termelétricas de custo superior ao custo atual de operação do sistema] e seguir pautando as decisões de fora do mérito por estudos técnicos", completou ele.

Até a primeira semana de fevereiro, o CMSE não deve determinar o acionamento de térmicas mais caras, se o cenário hidrológico atual se mantiver. O comitê terá informações mais detalhadas sobre o período chuvoso atual em meados de janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Articulações fracassam e Lei do Gás não é votada na Câmara**

Parte das principais representações do setor de gás natural no país e da indústria afetada por esse mercado fizeram esforços para aprovar ainda este ano, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que promete resolver os entraves da Lei do Gás (11.909/2009). Diferentes entidades enviaram ofícios ao **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, e aos deputados na tentativa de fazer o novo marco legal chegar ao Senado ainda neste mês. A estratégia de convencimento foi manifestada em, pelo menos, quatro cartas de entidades endereçadas a autoridades em Brasília.

Surtiu efeito apenas a articulação de governos estaduais, que temem perder o poder de regular o fornecimento de gás natural, e de parte da indústria petroquímica, que quer acesso ao combustível a preço reduzido. O apelo feito pelos dois grupos adiou a votação do Projeto de Lei 6.407/2013, na Comissão de Minas e Energia, para 2018. Com tramitação em caráter terminativo na comissão, o projeto seguiria direto para o Senado, sem passar pelo plenário da Câmara.

A expectativa de rápida aprovação do projeto no Congresso havia sido alimentada pelo avanço alcançado nas discussões promovidas pelo Ministério de Minas e Energia, com o programa Gás Para Crescer. Com a iniciativa, lançada em julho de 2016, o ministério reuniu diferentes segmentos do mercado para buscar soluções que estimulassem o aumento da oferta e da competição no fornecimento.

Ao concluir o debate, o governo apresentou, no início deste mês, a proposta de mudança na lei com o substitutivo ao projeto que tramitava desde 2013. Na quarta-feira, a matéria deixou de ser votada novamente na comissão. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) afirmou ter recebido, na véspera, um alerta do governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), de que o projeto poderia trazer prejuízos às distribuidoras estaduais.

O secretário de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, admitiu que as distribuidoras estaduais fazem parte de um dos grupos que oferecem resistência à aprovação do novo marco. Os Estados, que controlam essas empresas, têm preocupação sobre como o governo federal irá agir para harmonizar a regulação dos órgãos de controle estaduais no novo ambiente de competição.

"A participação federal é o ponto. A ANP [Agência Nacional do Petróleo] deve entrar nisso daí ou não? Alguns acham que essa é uma função puramente dos Estados, mas a gente acha que deve haver um ponto de concertação federal", afirmou Félix ao **Valor**. Essa questão, disse, deve ser tratada com cuidado, pois a Constituição define a regulação do mercado de gás natural como atribuição dos governos estaduais. O risco jurídico foi levantado pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

O secretário disse que a indústria que usa o gás natural como matéria-prima na produção também coloca dificuldade para aprovar o projeto de lei. Félix afirmou que, até a retomada dos trabalhos legislativos, em fevereiro de 2018, discutirá a possibilidade de criação de um programa especial de incentivo, sem que haja a necessidade de subsídios ou de tabelar o molécula de gás a preços menores.

O governo defende que o novo marco legal aumentará o mercado de gás natural de duas a três vezes. "Sua aprovação trará efeitos positivos para todo mundo, mas, se não sair, a situação tende a ficar ruim para todos", disse Félix.

Na tentativa de minimizar divergências, o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) defendeu que não haverá impacto sobre rentabilidade das distribuidoras que "continuarão a ser remuneradas pelos investimentos na rede de distribuição e pelos custos de movimentação do gás natural de acordo com as tarifas reguladas pelos respectivos órgãos reguladores estaduais". O apoio à aprovação célere do projeto veio ainda do Fórum do Gás Natural, que congrega nove entidades, da Firjan e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Richard Hochstetler

Título: A arte de regular a qualidade na transmissão de energia

A regulação da qualidade é um grande desafio. Não é à toa que, após mais de dez anos, a Aneel continua a buscar uma normatização adequada para regular a qualidade na transmissão de energia elétrica. Algumas medidas foram acertadas, outras precisam ser revistas. As dificuldades enfrentadas são evidenciadas pelo fato de que, recentemente, a diretoria da Aneel decidiu, prudentemente, suspender a aplicação de parte de sua regulamentação.

A regulação tarifária da transmissão é baseada no 'regime de receita máxima'. Nos leilões de transmissão a concessão para construção, operação e manutenção das instalações é dada ao empreendedor que prestar o serviço

pela menor 'Receita Anual Permitida' (RAP). A concorrência nos leilões assegura a modicidade tarifária, mas esse regime precisa ser complementado por um mecanismo que evite que as tarifas (RAPs) caiam a níveis insuficientes para prover a qualidade desejada. Afinal, qualidade tem preço.

A fim de manter o nível adequado da qualidade, os contratos de concessão preveem a aplicação de 'descontos' da RAP em função da indisponibilidade e da redução da capacidade operativa das instalações de transmissão. A ideia é que a remuneração da concessionária seja condizente com o seu desempenho.

A dificuldade reside em definir quando os descontos devem ser aplicados e quais devem ser suas magnitudes. A regulamentação prevê a aplicação de multiplicadores (os fatores "K") que podem chegar a 150 vezes o valor da RAP prevista para as instalações que ficarem indisponíveis, o que confere a esses 'descontos' natureza punitiva.

Nos últimos anos essa penalização foi aumentada. O valor médio anual deduzido da RAP por indisponibilidades subiu de R\$ 81 milhões no triênio anterior (jun/11 a maio/14) para R\$ 119,7 milhões no último triênio (jun/14 a maio/17): um aumento de 48%, apesar de a taxa de disponibilidade continuar acima de 99,9%.

Registre-se também que não há premiação por desempenho superior, o que seria um incentivo regulatório esperado e justo que atuaria no sentido simétrico ao das penalidades.

O fato de a qualidade do suprimento (i.e. a disponibilidade das instalações) não ser inteiramente controlável pela concessionária torna sua regulação complexa. São centenas de subestações e milhares de quilômetros de linhas de transmissão em todas as regiões do país, expostas a intempéries que podem provocar 'perturbações' e ocasionar o desligamento forçado de seus componentes.

As causas das perturbações ocorridas no Brasil em 2016 foram: 29,9% por condições meteorológicas adversas (raios, chuvas e temporais); 15,4% por queimadas; 7,4% por interferências da vegetação; 5,6% por falhas humanas; e 5,4% por falhas de equipamentos e acessórios.

Descontos muito baixos dão pouco incentivo para se obter a qualidade almejada, descontos muito altos a prejudicam

A supressão vegetal é um fator controlável pelas concessionárias que poderia reduzir substancialmente a ocorrência de perturbações decorrentes de queimadas e interferências da vegetação, mas a ação das empresas nessa arena é limitada pelas autoridades ambientais, que limitam a largura da faixa de

supressão; exigem a substituição do 'corte raso' pelo 'corte seletivo', onde só as árvores maiores são cortadas; ou até proíbem a supressão, impondo o 'alteamento das torres' para que os cabos passem acima da copa das árvores.

Já as perturbações decorrentes de falhas humanas, a princípio, parecem ser do domínio das concessionárias, mas tais falhas podem ter origem externa porque as empresas muitas vezes executam as manobras ditadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O efeito das perturbações relacionadas à causa principal - condições meteorológicas adversas - pode ser mitigado pelas concessionárias com melhor manutenção dos equipamentos, mas a principal defesa contra tais perturbações seria a adoção de instalações mais robustas, aspecto que depende da configuração do sistema de transmissão (que é definida pelas autoridades governamentais) e da especificação das instalações de transmissão (que é estabelecida nos editais dos Leilões de Transmissão).

Tipicamente adota-se o 'critério de confiabilidade N-1' para os sistemas de transmissão a fim de que o sistema suporte a perda de qualquer elemento sem ocasionar a interrupção do fornecimento ao consumidor final. Isso significa que o consumidor raramente é impactado por perturbações: em 2016 foram 3.201 perturbações, mas somente 253 delas chegaram a afetar o fornecimento, comprometendo apenas 0,007% da carga elétrica.

Como a disponibilidade é em grande medida afetada por fatores alheios ao controle da concessionária, a política de descontos precisa ser definida com cuidado porque descontos muito baixos proporcionam pouco incentivo para as concessionárias proverem a qualidade almejada. Mas descontos muito altos também prejudicam a promoção da qualidade pois seu efeito dominante é a elevação do risco do negócio, o que pode ameaçar o econômico-financeiro de contratos já celebrados, aumentar o custo de captação financeira, desestimular investimentos e encarecer novas concessões.

Portanto, é crucial revisar os descontos estabelecidos na Resolução 729/2016 da Aneel, principalmente nas situações em que a indisponibilidade não afeta a oferta de energia. A Aneel já avançou nesse sentido com as revisões da Resolução 782/2017, mas há medidas na Resolução 729/2016 que ainda precisam ser revisitadas.

A Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel (SFE) vem desenvolvendo uma nova estratégia que parece promissora para promover a qualidade por meio de 'Projetos de Fiscalização Estratégicas'. Em 2016 constituiu-se um grupo de trabalho para analisar as causas dos principais desligamentos forçados no sistema de transmissão, a partir dos quais definiram-

se ações específicas para combater as vulnerabilidades. Essa abordagem é superior à simples aplicação de penalidades, pois concentra os esforços das concessionárias no robustecimento dos aspectos mais vulneráveis do sistema, preservando a capacidade financeira das empresas para a mitigação do problema.

Houve avanços, mas a qualidade da regulação ainda pode melhorar.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Parceria Petrobras e Exxon

A Petrobras informou ontem a assinatura de memorando de entendimento com a ExxonMobil para "identificar e avaliar potenciais oportunidades de negócios". Com a aliança, as empresas irão estudar oportunidades de cooperação em exploração, produção, gás e produtos químicos, dentro e fora do Brasil. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal informa que a formação de alianças é parte importante do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021. Segundo a empresa, tais acordos podem trazer benefícios que incluem o compartilhamento de riscos, aumento da capacidade de investimentos na cadeia de óleo e gás, intercâmbio tecnológico e fortalecimento da governança corporativa.

Raízen na Argentina

A Raízen Combustíveis, joint venture entre Shell e Cosan, será anunciada vencedora na disputa por ativos de refino e distribuição de combustíveis colocados à venda pela Shell na Argentina, de acordo com a agência "Bloomberg". O negócio está avaliado em pelo menos US\$ 1 bilhão. Citando fontes, a Bloomberg informou que os últimos detalhes da operação estão sendo negociados, mas um acordo final só é esperado para janeiro. Em meados de novembro, o comando da Cosan indicou que a companhia estava "empolgada" com a possibilidade de compra dos ativos na Argentina, que incluem uma refinaria e 600 postos de combustíveis. A Raízen apresentou em setembro uma proposta vinculante pela operação, cujo negócio faz parte do plano de venda de ativos de US\$ 30 bilhões da multinacional europeia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Votorantim e CPPIB criam parceria em geração eólica**

A Votorantim Energia e o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), maior fundo de pensão do Canadá, assinaram um acordo para a criação de uma nova empresa, que já vai nascer com 565 megawatts (MW) de energia eólica em operação, de projetos avaliados em R\$ 3 bilhões, e a perspectiva de dobrar de tamanho nos próximos anos.

O acordo prevê que a parceria, que ainda não teve um nome escolhido, invista outros R\$ 3 bilhões no país no longo prazo. A nova companhia considera desenvolver ativos ou comprar projetos já em operação, contanto que sejam de fontes de geração renováveis.

"Não temos preferência por uma coisa ou outra, mas agora que vencemos o desafio da construção de nosso primeiro projeto eólico estamos bastante confiantes na nossa capacidade de desenvolver projetos", disse João Miranda, presidente do grupo Votorantim. Ao mesmo tempo, a companhia pretende olhar projetos operacionais que estejam no mercado.

Ao **Valor**, o presidente da Votorantim Energia, Fábio Zanfelicce, contou que a parceria vai acelerar o desenvolvimento e a expansão das operações da companhia no Brasil. "Temos uma excelente expectativa das oportunidades que vamos poder desenvolver daqui para a frente", disse.

A Votorantim Energia vai transferir para a nova empresa o complexo eólico Ventos do Piauí I, que tem 206 MW de potência já em operação comercial, e envolveu investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Além disso, a nova companhia acertou a aquisição do complexo eólico Ventos do Araripe III, que fica na divisa entre Piauí e Pernambuco, na Chapada do Araripe, e pertencia à Casa dos Ventos. As partes não informaram o valor da aquisição do projeto, que também já está em operação, com 359 MW de potência, e envolveu R\$ 1,8 bilhão em investimentos.

A transação também inclui um aporte de R\$ 690 milhões pelo CPPIB na joint venture. Os recursos serão de capital próprio do fundo de pensão.

Segundo Zanfelicce, as oportunidades no setor de renováveis no Brasil são crescentes, não apenas em energia eólica. A companhia tem a opção de compra de duas novas fases do projeto Ventos do Piauí, também da Casa dos Ventos, que estão inscritos para os leilões de geração da próxima semana. No entanto,

eles não pretendem participar da disputa, uma vez que o foco nos últimos meses estava na negociação com o CPPIB.

As negociações com o fundo ganharam força devido ao alinhamento de interesses de investimento de longo prazo. "O CPPIB tinha interesse em ter um parceiro no Brasil que fosse operador de projetos, e a Votorantim tinha interesse em um parceiro com a força que eles têm", disse Zanfelice.

"Quando pensamos nessa 'joint venture', estamos olhando para investimentos nas próximas décadas", disse Ricardo Szlejf, líder de Infraestrutura da CPPIB na América Latina. Segundo ele, esse é o primeiro investimento do fundo de pensão no setor de infraestrutura brasileiro e em energia nas Américas. "O Brasil tem vantagem competitiva no setor, que se encaixa muito com nossa estratégia de longo prazo", completou.

A nova empresa já está diante de várias oportunidades de geração, contou Szlejf. "Não temos pressa, somos investidores pacientes e de longo prazo. Vamos olhar as oportunidades que surgirem", disse.

Por enquanto, a companhia pretende financiar o crescimento com recursos dos sócios e também possivelmente com acesso ao BNDES e instrumentos de dívida, como as debêntures de infraestrutura. "Uma abertura de capital é desejada no futuro, mas há uma intenção forte dos dois sócios de capitalizar a empresa, então não haveria a necessidade de recursos", disse Miranda.

Uma vez que a joint venture se consolide e dobre de tamanho, uma abertura de capital pode se tornar realidade. "A partir do momento que a gente crie uma história e prove que somos vencedores, podemos partir do investimento privado para o investimento público", completou Miranda.

Do lado da Casa dos Ventos, os recursos serão utilizados para que a desenvolvedora de projetos "recicle o capital" e possa voltar a investir em expansão. "Queremos ter liquidez para os próximos leilões", disse Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Estratégia do Ultra é crescer sobre base atual de negócios

O grupo Ultra está acelerando o ritmo de investimentos para expansão da base atual de negócios. Sem considerar potenciais aquisições, um dos maiores conglomerados empresariais do país vai aplicar quase R\$ 2,7 bilhões em suas

operações em 2018, o maior valor já desembolsado em seu portfólio de ativos, disperso no Brasil e no exterior.

Até o fim deste ano, o grupo deverá ter investido cerca de R\$ 2,5 bilhões, após o conselho de administração aprovar, em setembro, um orçamento adicional de R\$ 355 milhões para a Ipiranga, de distribuição de combustíveis. Um mês antes dessa decisão, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) havia vetado a compra da concorrente Alesat Combustíveis pela rede de postos do grupo.

Agora, a expectativa gira em torno do posicionamento do órgão antitruste quanto à compra da Liquigás, da Petrobras, pela Ultragaz, distribuidora de gás liquefeito de petróleo (GLP) do Ultra, por R\$ 2,8 bilhões. O comando do grupo, que neste momento está "endereçoando as preocupações (do Cade) em defesa da tese de compra", garante que a maior aposta nos ativos atuais independe do resultado, que será conhecido em fevereiro.

"Os cinco negócios [Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo, Oxiten e Extrafarma] têm uma dinâmica de potencial crescimento importante", disse ao **Valor** o novo presidente da Ultrapar, Frederico Curado. Esse foco não impedirá que o grupo avalie eventuais oportunidades de aquisição. "A história do Ultra tem sido favorável na compra de ativos".

Conforme o executivo, que antes de chegar ao Ultra ocupou a presidência da fabricante de aeronaves Embraer por quase dez anos, o robusto orçamento de 2018 está baseado na visão de que o Brasil está voltando a crescer. A expectativa do grupo é de expansão de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em linha com a média das projeções do mercado.

A maior fatia do novo orçamento é destinada à Ipiranga, que receberá R\$ 1,55 bilhão. Os recursos serão alocados em novos postos - abertura de unidades ou conversão de postos bandeira branca - e adição de franquias am/pm e Jet Oil, além de infraestrutura logística, com ganho de participação de mercado. Hoje, com 7,8 mil postos, a rede disputa a vice-liderança do mercado total de combustíveis, segundo ranking da ANP, com a Raízen, joint venture de Shell e Cosan. Ambas têm fatia de 20%, atrás da líder BR Distribuidora, com 26%.

Com a aceleração dos investimentos na rede Ipiranga, que neste ano já abriu 350 postos, o Ultra tenta compensar o ganho de participação de mercado que teria com a compra da Alesat. "Se intensificou o investimento em crescimento orgânico. Mas também acreditamos no crescimento do mercado, após a retração na recessão", afirmou Curado.

Na Oxiteno, segundo principal destino do orçamento do grupo no ano que vem com R\$ 343 milhões, o foco está na modernização e manutenção de suas unidades e na conclusão das obras da nova fábrica de tensoativos, em Pasadena, nos Estados Unidos. Ali, os desembolsos serão de US\$ 34 milhões.

O investimento total no projeto, que inicia operação no primeiro semestre, deve atingir US\$ 113 milhões. A princípio, a unidade terá capacidade de produção de 120 mil toneladas anuais, podendo subir a 170 mil toneladas no futuro. Conforme Curado, o grupo chegou a olhar ativos no mercado americano antes de decidir erguer do zero uma nova fábrica.

A Ultragaz, por sua vez, receberá R\$ 284 milhões (ou 11% do total), sem considerar o potencial dispêndio com a compra da Liquigás. "A Ultragaz tem oportunidades orgânicas [de crescimento] e poderia se expandir internacionalmente", comentou Curado, lembrando que a empresa está no grupo das maiores distribuidoras de gás do mundo.

Para a Ultracargo, de armazenamento de granéis líquidos, os aportes serão de R\$ 247 milhões (9% do total), dos quais R\$ 115 milhões na expansão dos terminais de Itaqui (MA) e Suape (PE), com conclusão prevista para 2019 e 2020 respectivamente.

À Extrafarma foram alocados R\$ 232 milhões, principalmente na abertura de lojas e infraestrutura logística, concentradas nas regiões Norte e Nordeste e no Estado de São Paulo, que são os mercados estratégicos para a rede de farmácias. "Há um enorme potencial de consolidação em farmácias, mas estamos satisfeitos com nossa estratégia [de abertura de novas lojas e não de aquisição]", afirmou Curado. A rede de varejo farmacêutico deve encerrar o ano com cerca de 400 unidades, depois de 90 novos pontos neste ano, e a tendência, para os próximos anos, é de aceleração do ritmo de aberturas.

Conforme Curado, o grupo Ultra se prepara para um novo ciclo de crescimento, em que a expansão da base atual de negócios "é certa". "O plano de investimento reflete oportunidades que estão colocadas. Com esse plano, garantimos um crescimento importante, consistente com a história de crescimento do grupo", disse.

O executivo, que iniciou a carreira na Embraer, onde ficou por 32 anos, chegou ao grupo Ultra no início de julho. Ficou ao lado do ex-presidente Thilo Mannhardt durante três meses, fazendo a transição e "aprendendo" tudo sobre a nova casa. Em 2 de outubro assumiu o comando do conglomerado, que se mostra, nas suas palavras, um grande desafio pela variedade de negócios.

Curado vai se manter como conselheiro em duas grandes companhias: ABB e Transocean.

Em 12 meses, até setembro, o Ultra obteve receita líquida de R\$ 77,5 bilhões - desse valor R\$ 65,9 bilhões são da Ipiranga. A Ultragaz aparece com R\$ 5,78 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Venda da PetroAfrica será integral

Os sócios Petrobras e BTG Pactual estão em busca de compradores para a PetroAfrica. Iniciado em novembro, o processo ainda está na fase de assinatura de termos de confidencialidade com potenciais interessados. A estimativa é que a transação não fique abaixo de US\$ 3 bilhões (R\$ 10 bilhões), pois foi ofertado ao mercado todo o negócio - as fatias da Petrobras (50%), BTG (40%) e Helios Investment Partners (10%).

A PetroAfrica possui participação em dois blocos em águas profundas na Nigéria. Tem 8% do bloco OML 127, em parceria com Chevron (operadora, com 32%) e Famfa Oil (50%), e 16% do bloco OML 130, junto com Total (operadora, com 24%), CNOOC (45%) e South Atlantic Petroleum (15%).

Nos blocos estão localizados os campos de Akpo, Agbami, Egina e Preowei. Os dois primeiros estão em produção e o terceiro está em fase de desenvolvimento, com início de produção previsto para o fim de 2018.

Os campos de Akpo e Egina são operados pela Total e o de Agbami, pela Chevron. A apropriação de reservas líquidas da PetroAfrica totaliza cerca de 204 milhões de barris de petróleo e a produção atual é de 48 mil barris diários, com expectativa de alcançar cerca de 75 mil barris diários até 2019.

A venda é coordenada pelos assessores Scotiabank e Evercore. A expectativa é que leve meses até a fase de propostas e a realização de diligências. As ofertas vinculantes são esperadas apenas para meados de 2018.

Surgiram dezenas de candidatos para avaliar as informações básicas da PetroAfrica, como é comum em processos de venda. Entre elas, está a PetroRio, na qual Nelson Tanure é um dos principais acionistas. Avaliada em R\$ 950 milhões na bolsa e com pouco menos de R\$ 700 milhões em caixa, a empresa pretende buscar parcerias com fundos dos Estados Unidos e da Europa para tentar brigar com grandes companhias do setor.

Procurada, a PetroRio preferiu não comentar o assunto. Porém, informou que existe interesse em todos os ativos do programa de venda de ativos da Petrobras que estejam na fase de produção, cujos processos são públicos e conhecidos pelo mercado.

A venda da PetroAfrica é um dos nove projetos do plano de venda de ativos da Petrobras. A estatal pretende levantar US\$ 21 bilhões com o processo no biênio 2017/2018. Procurados, a estatal e o BTG não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Dívida de usina tende a nova baixa nesta safra

No próximo dia 31 de março, quando termina a safra sucroalcooleira 2017/18, o segmento deverá ter reduzido o peso de sua dívida bancária por mais uma temporada, consolidando o ciclo de recuperação após a grave crise enfrentada na primeira metade da década. Essa retomada, porém, não é generalizada, e não garante que haverá mais recursos do que havia um ano antes no caixa das usinas na próxima safra.

Essa tendência é identificada por dois bancos com forte atuação no segmento sucroalcooleiro. Levantamento do holandês Rabobank, considerando uma carteira com 32 grupos de usinas, mostra uma dívida média de R\$ 119 por tonelada de cana moída no fim da safra 2016/17, 12% abaixo da temporada anterior, ou 17% a menos, considerando a inflação. Neste ciclo, a relação deverá ser ainda menor.

A expectativa é positiva para a safra 2017/18 pelo fato de muitos clientes do banco terem feito hedge de açúcar e de câmbio no fim do ciclo passado e no início da temporada atual, antes de a cotação do açúcar despencar. Isso garante preços em reais "remuneradores", afirmou Manoel de Queiroz, gerente sênior de relacionamento do Rabobank.

Mesmo assim, a perspectiva é que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) seja um pouco menor do que na safra passada, o que deve desacelerar o ritmo de redução da alavancagem média.

Segundo o Rabobank, na safra passada, a queda do dólar ante o real respondeu por metade do alívio financeiro e a geração de caixa respondeu pela outra metade.

Entre seus 57 clientes do segmento sucroalcooleiro, o Itaú BBA identificou um endividamento líquido somado na safra passada de R\$ 52,246 bilhões. O número é 5% inferior ao do ciclo precedente.

Para Pedro Fernandes, diretor de agronegócio do Itaú BBA, a dívida total pode voltar a cair até o fim da safra, mas num ritmo menor, em torno R\$ 1 bilhão. "É uma grande incógnita se teremos essa redução porque depende se haverá mais investimento nos canaviais, o que ocorre mais no último trimestre do ano e no primeiro do ano", afirmou.

O quadro apresentado pelos dois bancos, contudo, não reflete a realidade das usinas como um todo. Além de as análises excluïrem as companhias em recuperação judicial e as que estão reestruturando dívidas, a distância entre as usinas com boa liquidez e as que com caixa mais apertado está crescendo.

Na carteira do Itaú BBA, as companhias, que representam 70% da moagem do Centro-Sul do país, geraram caixa de R\$ 3,6 bilhões na safra passada. Mas se o conjunto das empresas for dividido em quatro, as 25% com o melhor desempenho tiveram uma geração de caixa três vezes superior à fatia de 25% com pior performance.

No levantamento do Rabobank, que reúne empresas que moem 50% da cana do país, as usinas mais bem posicionadas encerraram a safra passada com dívida entre R\$ 19 e R\$ 101 por tonelada de cana, enquanto o grupo em pior situação ficou com dívida entre R\$ 139 e R\$ 227 por tonelada. Essa disparidade ocorre mesmo em uma amostra mais saudável.

Essa desigualdade deve crescer nesta safra, acentuada pelas diferenças do comportamento do clima em diferentes regiões, segundo Fernandes. "Essa variabilidade maior da condição agrônômica levará bons players a melhorarem sua performance e outros nem tanto", disse.

O impacto do clima sobre a produtividade também depende do nível de investimentos nos canaviais, o que favorece as empresas mais bem posicionadas. Mas mesmo as que estão com maior liquidez estão investindo menos que o "ideal", na avaliação do diretor do Itaú BBA.

Dentre os clientes do banco que têm recursos em caixa, 46% investiram "abaixo do ideal" na safra passada, enquanto entre os que estão com recursos mais limitados, 86% investiram "muito menos do que o ideal", disse.

O Rabobank registra entre seus clientes alguns investimentos na indústria, mas pontuais. "As empresas que estão em melhores condições buscam investimento em cogeração, eficiência energética, melhoria do 'mix' de produção. Mas ninguém fala em aumentar capacidade ou greenfield", disse Queiroz. Para

Fernandes, do Itaú BBA, o único gatilho para novos aportes são os leilões de energia A-4 e A-6, que podem estimular investimentos em cogeração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Desembolsos do BNDES para o setor caíram 10% neste ano

Se até o início da década o BNDES foi um dos principais apoiadores das usinas na expansão de capacidade do setor sucroalcooleiro, a tendência dos últimos anos de diminuição dos desembolsos para o segmento se confirmou em 2017. O quadro se deve sobretudo à redução dos empréstimos para a renovação de canaviais, um dos investimentos mais relevantes nas usinas.

De janeiro a outubro deste ano, o banco de fomento desembolsou R\$ 1,528 bilhão para as usinas, 10% abaixo do emprestado no mesmo período de 2016. Segundo Artur Milanez, gerente de Biocombustíveis do BNDES, essa redução reflete a menor demanda das usinas ainda no ano passado, já que, da consulta à liberação, passam-se cerca de 12 meses.

Em geral, os desembolsos foram destinados a projetos para maximização do mix açucareiro e eficiência energética. A redução mais relevante ocorreu nos desembolsos do Prorenova, linha para renovação de canaviais.

O orçamento para a linha anunciado no Plano Safra 2017/18 subiu para R\$ 3,5 bilhões ante R\$ 1,5 bilhão na temporada anterior. Mas até o fim deste ano, 30% do custo financeiro ainda estará atrelado à Selic, o que ajudou a inibir a demanda, de acordo com Milanez.

Apesar da queda nos desembolsos, Milanez vê sinais de recuperação. As consultas realizadas por usinas, que podem ou não se tornar investimentos efetivos, subiram 80% nos dez primeiros meses do ano, a R\$ 2,9 bilhões.

As consultas feitas até agora ainda não incluem a demanda por financiamentos do Prorenova. O orçamento para o próximo Plano Safra, o 2018/19, ainda não foi definido, mas o custo será 100% atrelado à TLP, e a linha passará a financiar o plantio de cana para duas safras - atualmente, a linha financia apenas o plantio da safra em curso.

Em julho, o BNDES extinguiu o Departamento de Biocombustíveis, cujos projetos passaram a ser operados pelo Departamento de Agroindústria. Segundo Milanez, a agenda para o setor está preservada e incluirá apoio à internet das coisas no campo e ao biogás.

Para fontes de bancos privados, porém, o BNDES não voltará a ter o mesmo papel para o setor que teve no passado dado o barateamento das operações em função da queda da Selic e de novas opções de financiamento, como os certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Vinícius Pinheiro e Juliana Schincariol | De São Paulo e do Rio

Título: Petros coloca à venda participação na Itaúsa em leilão hoje na bolsa

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, colocou à venda a participação que possui na Itaúsa, holding que faz parte do bloco de controle do Itaú Unibanco. A fundação possui 15,27% das ações ordinárias (ON, com direito a voto) da companhia, avaliadas em R\$ 4,5 bilhões. A operação está prevista para ocorrer hoje, em leilão na B3. Procurada, a Petros não comentou o assunto.

O fundo de pensão adquiriu os papéis da Itaúsa em 2010 da Camargo Corrêa, que na época detinha 11% do capital votante da holding. O negócio chegou a ser investigado no ano passado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão. Nos anos seguintes, a Petros ampliou a participação até chegar aos 15% atuais. A fatia individual da fundação na holding é inferior apenas à das famílias Moreira Salles, Setubal e Villela.

A fundação acelerou o processo de venda de ativos neste fim de ano. Também nesta semana, fechou a negociação da participação que detinha na Eldorado Celulose para a Paper Excellence (PE), por R\$ 665,96 milhões. A Petros também vendeu em bolsa os 10,2% que possuía da empresa de shoppings Iguatemi e levantou R\$ 567,7 milhões.

No pregão de ontem da B3, as ações ordinárias da Itaúsa fecharam em alta de 2,06%, cotadas a R\$ 10,40, próximo ao preço estipulado no leilão, de R\$ 10,50. O maior banco privado brasileiro representa mais de 90% do portfólio da Itaúsa. A empresa também é controladora da Duratex, empresa de louças, metais e painéis de madeira, e da petroquímica Elekeiroz. A holding ampliou o portfólio neste ano com a aquisição de participações na Alpargatas, que pertencia aos donos do frigorífico JBS, e na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), gasoduto da Petrobras.

Em outra operação na bolsa, esta realizada no pregão de ontem, a tesouraria do Itaú informou a participação na compra de até 0,95% das ações ordinárias do banco, em uma operação de até R\$ 1,176 bilhão. Os papéis pertenciam à Fundação Antônio e Helena Zerrenner - Instituição Nacional de Beneficência

(Fahz). O banco informou ainda que a família Moreira Salles informou que poderia adquirir ações em outro possível leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl e Juliana Schincariol | De São Paulo e do Rio

Título: Neoenergia desiste de oferta inicial de ações

Os acionistas da Neoenergia preferiram cancelar a oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês) a reduzir o valor atribuído à empresa. Pelo cronograma da transação, o preço das ações seria fixado na noite de ontem, porém, segundo o **Valor** apurou, a empresa não conseguiu atrair demanda na faixa indicativa, que ia de R\$ 15,02 a R\$ 18,52.

A oferta vinha encontrando resistência entre os investidores, que pediam um desconto acima de 20% para participar do IPO. Acionistas da Neoenergia, Iberdrola, Banco do Brasil e Previ resistiram a reduzir o preço das ações, mas optaram por esperar o fechamento do IPO bilionário da BR Distribuidora.

No caso do BB, a margem para mudança era pequena. Considerando a faixa de preço de R\$ 15,02 a R\$ 18,52, a posição do banco na Neoenergia podia valer de R\$ 1,4 bilhão a R\$ 1,73 bilhão. No balanço do banco, o investimento na companhia está avaliado a R\$ 1,17 bilhão. Para registrar lucro, o BB precisava vender os papéis a um preço superior a isso.

MME / ASCOM .